



Relato Policial

A ORGANIZAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DELINQUÊNCIA EM EL SALVADOR

Hugo Armando Ramírez Mejía*

INTRODUÇÃO

A experiência descrita faz parte de um trabalho que desde 2004 vem sendo feito pela Polícia Nacional Civil de El Salvador; esta experiência consistiu em oferecer às instituições governamentais e não governamentais, Conselhos Municipais, ONGs e OGs, entre outros; que de alguma maneira participam do desenvolvimento econômico, político e social em nível local, uma estratégia viável para se organizar de forma efetiva e poder, de uma forma consensual, praticar uma abordagem integral para o tratamento da violência social que atinge a cidadania.

Não é o propósito desta iniciativa que a proposta se torne uma receita rígida, já que a adequação e/ou modificação da mesma depende da realidade local, do nível de organização cidadã, do sentido de identidade, e da sensação de pertencimento que existe entre estas e as instituições, organizações governamentais e não governamentais que tenham projetos sociais.

No entanto, era nosso propósito que as ações que empreendêssemos e fossem executadas fossem para o benefício da cidadania e perdurassem no tempo; estas deveram ser desenvolvidas numa ordem prioritária, privilegiando os processos de prevenção de todas aquelas condutas que resultem na minimização da violência e delinquência com foco sobre a proteção dos segmentos mais vulneráveis (infância, juventude, mulher, idosos e população com necessidades especiais).

OBJETIVOS

Geral

Organizar um fórum de análise (comitê), que articule o conhecimento e tratamento integral das causas que geram os problemas da violência e delinquência em nível local.

**Subinspetor, Chefe da Divisão de Serviços de Juventude e Família da Polícia Nacional Civil de El Salvador*

Específicos

a. Que as diversas instituições, setores, organizações comunitárias, ONGs, OGS participem de forma efetiva na identificação de necessidades, interesses e problemas que afetam de forma direta e indireta o desenvolvimento: cultural, educativo, de lazer, político e econômico da população em nível local.

b. Que as diversas instituições, setores ou organizações em coordenação com autoridades municipais de nível local desenvolvam atividades que mitiguem a problemática local.

c. Que as autoridades locais, em coordenação com as demais instituições, organizações e setores desenvolvam atividades que permitam minimizar os fatores de risco e potencializem os fatores de proteção, implementando para isso efetivos programas de prevenção da violência e delinquência.

INÍCIO DO PROCESSO

O processo teve início articulando reuniões com autoridades dos conselhos municipais, de instituições governamentais e não-governamentais, expondo o problema da violência e delinquência do município, as projeções institucionais e o modelo de organização, focando como, a partir da sua própria experiência, era possível melhorar a situação. (O modelo foi concebido para ser levado à frente pelos prefeitos dos municípios)

Sustenta-se, embora de forma empírica, a tese de que “a abordagem e minimização dos níveis de violência e delinquência são uma responsabilidade compartilhada da sociedade em seu conjunto”. Essa sustentação tinha como base os seguintes elementos.

- a. Evitar a dispersão de esforços institucionais, setoriais e organizacionais.
- b. Conseguir uma efetiva economia de recursos: humano, material e financeiro.
- c. Dar uma resposta integral e integradora aos problemas locais.

- d. Focalizar ações consensuais com a comunidade.
- e. Fomentar uma cultura de paz através da convivência em harmonia.
- f. Fomentar a responsabilidade cidadã através da compreensão e aplicação de direitos e deveres.

MUNICÍPIOS ONDE A EXPERIÊNCIA FOI IMPLEMENTADA

1. Prefeitura de Soyapango
2. Prefeitura de San Salvador, Distrito N° 1
3. Lourdes, Colón
4. Zacatecoluca

PASSOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ LOCAL.

A seguir os passos que foram dados para organizar os comitês:

PASSO 1. Seleção de um/a líder (consistiu em envolver diretamente o prefeito municipal ou seu representante na condução do esforço)

PASSO 2. Organização de secretarias (Educação, Cultura, Lazer e Esportes, Saúde e Meio Ambiente, Emergências, Emergências Municipais e Segurança Cidadã)

PASSO 3. Coordenador por projeto (cada uma das linhas de trabalho foi presidida por um especialista, EX; **Em Saúde, um médico; em Segurança Cidadã, um oficial da polícia**)

PASSO 4. Manual de Organização e funcionamento (foi elaborado um documento onde se definiu a organização e as funções dos agentes que a compuseram)

PASSO 5. Manual de Procedimentos (foi elaborado cada um dos procedimentos para tornar o comitê operativo)

PASSO 6. Ata de Constituição e Regulamento Interno (buscou-se a inscrição legal do Comitê diante dos organismos correspondentes para dar vida legal e facilitar a gestão)

OBJETIVOS ALCANÇADOS

1. Elevar os níveis de organização nos municípios e comunidades
2. Pôr na agenda das diferentes instituições governamentais e não governamentais e setores que têm presença em nível local o tema da “segurança humana: uma responsabilidade de todos”
3. Desenvolver diagnósticos situacionais sobre a realidade social em três municípios; Soyapango, Colón e Distrito N°1 da prefeitura de San Salvador.
4. Elaboração de planos de ação em consenso com cidadãos e representantes das instituições participantes.
5. Executar algumas ações pontuais para minimizar os fatores de risco (campanhas de vacinação, coleta de lixo, campanhas para divulgar os direitos e deveres dos cidadãos, campanhas nos centros educativos para evitar que os jovens entrem nas gangues, entre outros)

PROBLEMAS NA SUSTENTAÇÃO DO MODELO

1. O alto nível de polarização política
2. A disputa por liderança impediu o consenso (embora todas as agendas dos participantes incluam ações de prevenção)
3. A pouca compreensão de alguns setores participantes em relação a ações de prevenção da PNC (uma alta porcentagem da população só atribui a função de “repressão do delito” à instituição policial)
4. Os projetos sociais implementados pelo Executivo detêm um alto grau de interesses partidários, o que gerou desconfiança nos municípios governados pela oposição e vice-versa.
5. A baixa crença dos chefes policiais na função de prevenção social da violência, preferindo a repressão ao delito.

LIÇÕES APRENDIDAS

1. É possível alcançar a organização da comunidade sempre que e quando forem levados em conta os atores principais em nível local.

2. É difícil instalar um modelo de prevenção da violência e delinqüência se não existirem políticas de Estado reais, ainda mais quando em nível local não existe um envolvimento real dos conselhos municipais na co-responsabilidade e viabilidade das políticas.

3. É possível alcançar a integração sociocomunitária na medida em que os jovens e suas famílias se integram no ambiente natural onde vivem cotidianamente.

4. Embora o modelo tenha sido desenhado para ser desenvolvido com recursos próprios dos envolvidos, é necessário contar com a ajuda de organismos nacionais e internacionais.

5. A rotatividade do pessoal policial dificulta a continuidade das ações programadas.

CONCLUSÃO

O modelo é viável. E pretende se enraizar no “local”. Essa opção de trabalho supõe, mas não limita à participação do governo municipal da região na qual será implementado o modelo. Busca-se, e há princípios de consenso, que supõe a participação de Governos Municipais (convênio COMURES – PNC), falta definir as modalidades operativas nas quais se expressará sua participação.

Também é possível entender este modelo de trabalho no sentido da busca de vínculos com outros atores locais, entidades de serviço da localidade, instituições educativas presentes na região etc.